

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.710.641 - RO (2017/0277329-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A
ADVOGADOS : ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE - SP155105
LIGIA FAVERO GOMES E SILVA - SP235033
CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO003861
RECORRIDO : CONSORCIO CONSTRUTOR SANTO ANTONIO - CCSA
ADVOGADO : PHILIPPE AMBROSIO CASTRO E SILVA - SP279767
RECORRIDO : ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A
ADVOGADOS : GUSTAVO LAURO KORTE JUNIOR - SP014983
CLODOALDO LUIS RODRIGUES - RO002720
RECORRIDO : JOAO FRANCISCO DA SILVA
RECORRIDO : IVANETE SOARES DA SILVA
RECORRIDO : IVETE SOARES DAMASCENO
RECORRIDO : ROSANGELA LOPERA DA SILVA
RECORRIDO : TEREZA PANTOJA PRESTES
ADVOGADO : JORGE FELYPE COSTA DE AGUIAR DOS SANTOS - RO002844

EMENTA

CIVIL. DIREITO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. USINA HIDRELÉTRICA. DANO AMBIENTAL. PESCADORES. LEGITIMIDADE ATIVA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento, extrai-se que TEREZA PANTOJA PRESTES e outros ajuizaram a presente ação indenizatória de danos morais e materiais em desfavor de ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. e outras, alegando que são pescadores prejudicados pela implantação do projeto do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, que inviabilizou o sustento de suas famílias em virtude da redução do pescado.

O juízo de primeira instância saneou o processo fixando os pontos controvertidos, deferiu a produção de prova pericial biológica, testemunhal e documental, impondo à ENERGIA e outras o pagamento dos honorários periciais.

Irresignada, SANTO interpôs agravo de instrumento que não foi provido pelo Tribunal rondoniense, nos termos do acórdão assim ementado:

Superior Tribunal de Justiça

Agravo de instrumento. Ação indenizatória. Usina hidrelétrica. Pescadores. Ilegitimidade ativa.

A legitimidade para vindicar indenização por dano ambiental que resultou na redução da pesca na área atingida pode ser demonstrada pelo registro de pescador profissional e a habilitação ao benefício do seguro-desemprego durante o período de defeso, somados a outros elementos de prova que permitam o convencimento do magistrado acerca do exercício dessa atividade (e-STJ, fl. 560).

A SANTO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 3º, 102, 105, 106, 253, I, e 267, VI, do CPC/73; 17, 54, 55, § 1º, 58, 59, 286, I, e 485, VI, do NCPC; 2º, 4º, 24, 25, IV, § 2º, da Lei nº 11.959/09; e 93 do Decreto-Lei nº 221/67; ao fundamento de que não poderiam TEREZA e outros pleitear a condenação de SANTO ao pagamento de indenização em virtude da (suposta) diminuição de sua atividade pesqueira profissional se sequer exercem tal atividade de maneira regularizada.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 602/620).

O recurso não foi admitido na origem (e-STJ, fls. 630/632), ascendendo os autos a esta Corte por via de agravo, que foi conhecido para determinar a sua reautuação como recurso especial (e-STJ, fl. 681).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece ser parcialmente conhecida e, nessa extensão, parcialmente provida.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da aventada ofensa aos arts. 102, 105, 106 e 253, I, do CPC/73; 54, 55, § 1º, 58, 59, e 286, I, do NCPC

Dos dispositivos tidos como violados não se extrai a tese da parte

Superior Tribunal de Justiça

recorrente, o que faz incidir, no ponto e por analogia, a Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal (fundamentação deficiente).

(2) Da alegada violação aos arts. 3º e 267, VI, do CPC/73; 17, 485, VI, do NCPC; 2º, 4º, 24, 25, IV, § 2º, da Lei nº 11.959/09; e 93 do Decreto-Lei nº 221/67

A respeito da legitimidade ativa vale registrar, desde logo, que as instâncias de origem não afirmaram que os autores eram pescadores profissionais ou que experimentaram prejuízos com a redução da produção pesqueira.

Inclusive a decisão de saneamento consignou que “a discussão acerca da condição de pescadores profissionais dos requerentes é prematura, uma vez que, na instrução processual, a questão pode e deve ser melhor avaliada” (e-STJ, fl. 309).

A discussão, portanto, cuida-se de preliminar, sobre a qual prevalece o princípio da asserção. Importa saber, assim, se é necessário comprovação prévia e formal da condição de pescador para a propositura da ação.

A propósito, o posicionamento do Tribunal rondoniense está em sintonia com o posicionamento do STJ, no sentido de que o registro de pescador profissional, a fim de comprovar a condição de pescadores, é meramente exemplificativo, pois tal condição pode ser comprovada por outros meios aptos a convencer o magistrado acerca do exercício dessa atividade.

Nesse sentido:

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DE VAZAMENTO DE AMÔNIA NO RIO SERGIPE. ACIDENTE AMBIENTAL OCORRIDO EM OUTUBRO DE 2008.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) para demonstração da legitimidade para vindicar indenização por dano ambiental que resultou na redução da pesca na área atingida, o registro de pescador profissional e a habilitação ao benefício do seguro-desemprego, durante o período de defeso, somados a outros elementos de prova que permitam o convencimento do magistrado acerca do exercício dessa atividade, são idôneos à sua comprovação; (...)

(REsp 1.354.536/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, DJe 5/5/2014)

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

